

Clipping nº 897

, 31 Outubro 2011 - 19:22:02

Má qualidade da educação básica impede expansão da indústria, dizem empresários

As

deficiências na educação básica brasileira, especialmente em matemática e português, têm influído na qualificação da mão de obra e, em consequência, na ampliação e modernização de projetos industriais. A conclusão é de empresários em debate ontem (27/10), sobre a educação, no último dia do 6º Encontro Nacional da Indústria (Enai), promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Transamérica Expo Center, em São Paulo. O diretor Global de Recursos Humanos da Vale, Luciano Pires, um dos participantes do debate, revelou que, recentemente, a segunda maior mineradora do mundo abriu 600 vagas para aprendizes no Pará e conseguiu selecionar apenas 200 candidatos. Para o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, a matriz da educação básica tem de ser mudada porque a indústria apresenta novos desafios que exigem capacidade de inovação.

Abigraf FGV: confiança da indústria cai pelo 10º mês consecutivo

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas recuou 0,4% entre setembro e outubro de 2011, ao passar de 101,1 para 100,7 pontos. Com a décima queda consecutiva, o índice atinge o menor nível desde agosto de 2009 (100,2), ficando abaixo da média de 103,9 pontos desde 2003. A diminuição do ICI em outubro foi determinada pela piora das avaliações em relação ao momento presente: o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 0,9%, para 102,0 pontos, o menor desde agosto de 2009 (101,4). Já o Índice de Expectativa (IE), avançou ligeiramente (0,2%), ao passar para 99,4 pontos, mantendo-se, contudo, abaixo da linha divisória entre expectativas favoráveis e desfavoráveis. Os resultados mostram que a atividade industrial continua na fase de desaceleração iniciada no segundo trimestre deste ano. Dos três quesitos integrantes do ISA, a maior queda ocorreu no que mede a satisfação atual dos negócios: a proporção de empresas que consideram a situação dos negócios como boa diminuiu de 20,5% para 19,0%, enquanto a parcela das que as avaliam como fraca manteve-se em 9,5%. As perspectivas para a produção nos três meses seguintes continuam modestas, mas o indicador de 124,1 pontos supera ligeiramente os dos três meses anteriores. Das 1.243 empresas consultadas, 34,2% preveem aumentar a produção nos três meses seguintes (contra 34,9% em agosto), enquanto 10,1% pretendem reduzi-la (contra 11,9%). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) passou de 83,6% para 83,5% entre setembro e outubro, o menor nível desde novembro de 2009 (82,9%). O NUCI está agora 1,7 ponto percentual (p.p.) abaixo de outubro do ano passado e muito próximo à média de 83,3% desde 2003.

Jornal do Brasil Saiba como ganhar mais de um benefício do INSS

Os segurados do INSS podem acumular até dois benefícios ao mesmo tempo, incluindo o auxílio-doença e o auxílio-acidente. O **Agora** fez o levantamento com cinco situações em que os segurados podem pedir o acúmulo dos benefícios. Se o INSS negar o pedido, será preciso ir à Justiça. Segundo o Ministério da Previdência, em 2010, 1,7 milhão de segurados no país receberam dois benefícios do INSS. A Previdência tem 26 milhões de beneficiários. Segundo a advogada Marta Gueller, com o acúmulo é possível ultrapassar o teto do INSS, que é de R\$ 3.691,74.

Agora SP Boleto eletrônico valerá para contas atrasadas

O sistema de boletos eletrônicos bancários, chamado de DDA (Débito Direto Autorizado), passará a funcionar com faturas vencidas a partir do próximo ano. Com o boleto eletrônico, o cliente pode consultar e pagar suas contas sem a emissão de papel. O DDA é diferente do débito automático porque não implica a cobrança automática, previamente acertada. A única maneira de pagar títulos vencidos hoje é diretamente em caixas dos bancos atrelados à conta. O acerto é feito em dinheiro. De acordo

com a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a mudança pode ajudar a desafogar as agências, já que o pagamento de contas vencidas é hoje uma das principais causas das filas. A entidade também destaca a maior segurança aos clientes, que não mais precisarão fazer os saques para pagar as contas vencidas. A expectativa é que o novo recurso, previsto para março de 2012, adicione 48 milhões de títulos em 12 meses. O boleto eletrônico foi criado em outubro de 2009 e tem 34 bancos cadastrados. A entidade planeja desenvolver adaptações para que o sistema incorpore faturas de cartões de crédito, que têm características específicas, como o pagamento parcial do débito.

Folha de S.Paulo 2/3 da população mundial não têm benefícios, são 5,1 bilhões de pessoas

A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que dois terços da população mundial, ou seja, 5,1 bilhões de pessoas, não dispõem de benefícios sociais trabalhistas. Apenas 15% dos desempregados no mundo recebem seguro-desemprego. A análise faz parte de um estudo feito pela responsável pela ONU-Mulher, Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile. Bachelet pretende apresentar o estudo completo durante as discussões da cúpula do G20 (grupo que reúne as 20 maiores economias mundiais), em Cannes, na França, nos dias 3 e 4. O relatório Uma Proteção Social por uma Globalização Justa e Inclusiva destaca que, por meio da garantia dos benefícios sociais, é possível avançar economicamente e atenuar as tensões sociais. No começo deste mês, em Bruxelas, na Bélgica, a presidente Dilma Rousseff defendeu a adoção de medidas que combatam a fome e a pobreza como meios de melhorar a qualidade de vida da população e proporcionar condições para os avanços econômicos. Além disso, em visita a Brasília, a ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, sugeriu que os países latino-americanos se unam na tentativa de reagir coletivamente aos impactos causados pela crise econômica internacional. Para ela, o ideal é ampliar os acordos bilaterais e multilaterais. A chanceler veio ao Brasil para intensificar as parcerias em tecnologia, educação, combate à violência e à exploração sexual. (Fonte: Agência Brasil, com agência pública de notícias de Portugal, Lusa)

Trabalhadores afetados por desastre natural poderão ter seguro especial SÃO PAULO Funcionários de estabelecimentos afetados por calamidade natural poderão se beneficiar de seguro especial de emergência, conforme substitutivo do senador Antonio Russo ao projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ). O texto foi aprovado na última quinta-feira (27) na CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária). Na sequência, a matéria será analisada pela CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de acordo com a Agência Senado. **Benefício**

O substitutivo estabelece que o benefício seja pago em parcela única e no valor de até duas vezes o teto do seguro-desemprego, ou seja, de R\$ 1.010,34. No projeto de Crivella, propunha-se a concessão de seguro-desemprego a esses empregados, no entanto, Antonio Russo ponderou que a medida era contrária à legislação em vigor, que concede o benefício no caso de desemprego e não de suspensão de contrato. Assim, o relator sugeriu que fosse alterada a lei que regulamenta o Programa do Seguro-Desemprego (Lei 7.998/1990), para instituir o seguro especial de emergência. **Crédito de emergência** O substitutivo também contempla os autônomos e empreendedores individuais com um crédito de emergência, que deverá ser concedido na modalidade de empréstimo, com valor fixado em até três vezes o teto do seguro-desemprego. O crédito de emergência também poderá ser acessado pelos trabalhadores beneficiados com o seguro especial de emergência. A proposta é de que esse crédito tenha carência entre seis meses e um ano, podendo ser pago em até 36 prestações. Os recursos para o seguro especial e o crédito de emergência serão provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Ao justificar sua proposta, Antonio Russo ressaltou a situação de vulnerabilidade em que os trabalhadores se encontram após eventos como enchentes ou outras catástrofes naturais. **Pescador artesanal**

Ainda na reunião, a Comissão de Agricultura reforçou apoio ao projeto (PLS 423/2011) que inclui na Política Nacional de Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/09) o pescador artesanal que trabalha em parceria com o dono do barco, sem vínculo trabalhista. A proposta, que regula os contratos de parceria na pesca profissional, foi elaborada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e modificada pelo relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O texto foi votado na CRA na forma de substitutivo e, por isso, precisou passar por um segundo turno de votação. A matéria segue agora para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado. **Remuneração do pescador**

O texto aprovado determina que a remuneração do pescador seja dividida em uma parte fixa, em dinheiro, e outra parte a ser estabelecida por percentual do resultado da pesca. No que se refere à parte fixa, o menor valor a ser pago ao pescador deve ser equivalente ao piso salarial da categoria. Quanto à divisão do resultado da pesca, o projeto prevê que a definição de percentual a ser pago ao pescador será fixada em acordo coletivo, com pagamento, no máximo, após três viagens de atividade pesqueira. Flexa Ribeiro alterou essa parte do projeto para incluir a possibilidade de antecipação de pagamento. **Infomoney**

Jorge Caetano Fermino